



*Ministério Público da Paraíba  
Procuradoria-Geral de Justiça  
Colégio de Procuradores de Justiça*

**Ata da 7ª (sétima) sessão ordinária do Egrégio Colégio de Procuradores de Justiça.**

Torno publico que aos 30 (trinta) dias do mês de abril do ano de dois mil e nove, às quatorze horas e trinta minutos, no auditório “João Bosco Carneiro”, reuniu-se, ordinariamente, o Egrégio Colégio de Procuradores de Justiça, sob a Presidência da Excelentíssima Senhora Procuradora-Geral de Justiça, Doutora Janete Maria Ismael da Costa Macedo. Compareceram à sessão os Excelentíssimos Senhores Doutores: Maria Lurdélia Diniz de Albuquerque Melo, Sônia Maria Guedes Alcoforado, Lúcia de Fátima Maia de Farias, Josélia Alves de Freitas, Alcides Orlando de Moura Jansen, Kátia Rejane de Medeiros Lira Lucena, Doriel Veloso Gouveia, José Raimundo de Lima, José Roseno Neto, Otanilza Nunes de Lucena, Francisco Sagres Macedo Vieira e Marilene de Lima Campos de Carvalho. Compareceram também os Promotores de Justiça, convocados, Doutores: José Farias de Sousa Filho, João Manoel de Carvalho Costa Filho e Lúcia Pereira Marsicano, em substituição, respectivamente, aos Procuradores de Justiça José Marcos Navarro Serrano, Marcus Vilar Souto Maior e Nelson Antônio Cavalcante Lemos. Ausência justificada dos Excelentíssimos Senhores Doutores: Paulo Barbosa de Almeida – Corregedor-Geral do Ministério Público, Antônio de Pádua Torres e Álvaro Cristino Pinto Gadelha Campos. Havendo número regimental, foi aberta a sessão pela Presidente, que designou para, em caráter eventual, secretariar os trabalhos da sessão a Procuradora de Justiça Maria Lurdélia Diniz de Albuquerque Melo. Em seguida, instou à Secretária que procedesse à leitura da ata da sessão anterior – Lida, foi aprovada, por unanimidade. ‘Na fase de comunicações, inicialmente, a Presidente deu boas vindas a Procuradora de Justiça, Doutora Marilene de Lima Campos de Carvalho, por ser sua primeira sessão como membro do Egrégio Colegiado. Na sequência, comunicou que esteve em Curitiba, convidada pelo Procurador-Geral de Justiça daquele Estado, para participar de uma reunião, onde o objetivo foi à implementação do Programa de Planejamento Estratégico daquele MPE. Prosseguindo, falou que o Programa de Planejamento Estratégico foi elaborado com metas até 2015. Seqüenciando comunicou aos seus pares que foi à Brasília, para a eleição dos novos Conselheiros do Conselho Nacional do Ministério Público. Em seguida informou o nome dos novos membros do CNMP. Finalizando, deu conhecimento aos seus pares que a Dra. Otanilza Nunes de Lucena será homenageada, no dia 07 de maio de 2009, pela Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (CNEC) com a medalha Professor Felipe Tiago Gomes. Terminadas as comunicações, pela Presidente foi facultada a palavra aos membros que se manifestaram na forma regimental. Na fase de expediente, a Presidente levou ao conhecimento do Egrégio Colegiado o recebimento do ofício: **Item 6. 1** - Recebimento do ofício 462/2009, de 16 de abril de 2009, subscrito pelo Promotor de Justiça Ricardo



*Ministério Público da Paraíba  
Procuradoria-Geral de Justiça  
Colégio de Procuradores de Justiça*

Alex Almeida Lins, Coordenador da CAIMP – J. Pessoa – Assunto: Relatório de Movimentação dos Inquéritos Policiais de todas as Promotorias de Justiça Criminais vinculadas a CAIMP, referente ao mês de março de 2009, bem como a produtividade correlata a cada um dos Membros do Ministério Público. Na fase de requerimentos, o Dr. José Farias de Souza Filho fez a seguinte propositura: Requereu que fosse designada uma Comissão de Procuradores de Justiça para elaboração de um plano de gestão ambiental para a Instituição. Pela Presidente foi decidido que mandaria a Diretoria de Planejamento entrar em contato com o requerente para começar a elaboração do Plano de Gestão Ambiental do MPE, tendo sido aprovado por unanimidade. Dando continuidade, a Presidente instou à Secretaria que procedesse à leitura da(s) matéria(s) constante(s) na ordem do dia. **Item 7.1)** Minuta de Resolução CPJ n. 005/2009 – Modifica Resolução CPJ nº 04/2008, que disciplina a atuação de Promotores de Justiça Cíveis e da Fazenda Pública. Face a ausência justificada do Presidente da Comissão Legislativa, a Presidente do Egrégio Colegiado passou a palavra ao Procurador de Justiça Doriel Veloso Gouveia que procedeu à leitura da matéria e fez as devidas explicações acerca do assunto. Encerrados os esclarecimentos, foi a matéria colocada em discussão. Debatida, foi posta em votação. Concluída a votação, Pela Presidente, foi anunciada a aprovação da matéria, por maioria. E nada mais havendo a tratar, a Presidente deu por encerrada a sessão.

Elizabeth Leônia Soares de Oliveira

Assessora do ECPJ